

**O PROTAGONISMO INDÍGENA NAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS EM
BOA VISTA/RR: A ASSOCIAÇÃO *KUAI'KRI* COMO CAMPO DE AÇÃO**

**THE INDIGENOUS LEADERSHIP ORGANIZATIONS IN BOA VISTA/RR:
THE *KUAI'KRI* ASSOCIATION AS PLAYING FIELD**

Ana Hilda Carvalho de Souza¹
anahildarr@hotmail.com

Claus Haetinger²
chaet@univates.br

Luís Fernando da Silva Laroque³
lflaroque@terra.com.br

Dênis de Almeida Ribeiro⁴
denisribeiro70@hotmail.com

Aldenora Zeferino Ribeiro⁵
noraatual2010@hotmail.com

Elialdo Rodrigues de Oliveira⁶
elialdo_oliveira@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta as condições do protagonismo indígena por meio da Associação Estadual Indígena *Kuai'kri* de Roraima (AEIKRR), tomando como suporte a polifonia de vozes expressas em organizações sociopolíticas. Usa como recorte espacial o perímetro urbano de Boa Vista/RR, onde contingentes étnicos Macuxi e Wapichana uniram-se em identidades coletivas na busca de afirmação de sua identidade cultural, direitos e sobrevivência sociocultural. Por meio de uma metodologia qualitativa pela técnica da observação participante e entrevista semiestruturada, foi possível identificar, pelo menos, um duplo papel na abrangência de atuação da organização. As reivindicações junto à esfera pública pelo cumprimento dos direitos conquistados pela Constituição de 1988, para reafirmação de uma cidadania ressignificada caracterizam como agência, enquanto

¹ Assessora Pedagógica do CEFORR, doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES).

² Professor e pesquisador do Programa de Mestrado e Doutorado em Ambiente (UNIVATES). Doutor em Matemática (UFRGS), Lajeado-RS.

³ Professor de Pós-Graduação do Programa em do Programa de Mestrado e Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES), Doutor em História (UNISINOS).

⁴ Vice-presidente da Associação Estadual Indígena *Kuai'kri* de Roraima (AEIKRR), Técnico em Enfermagem.

⁵ Secretária da Associação Estadual Indígena *Kuai'kri* de Roraima (AEIKRR), Bacharel em Administração (UNESA).

⁶ Professor do Curso de Filosofia (UERR), Doutor em Educação (PUC/SP).

a busca por alteridade no reconhecimento de uma identidade cultural diferenciada, junto à sociedade não indígena, a caracteriza como entidade. No campo das ciências ambientais, pode-se depreender que tratam-se de buscas por condições para um *continuum* cultural, cujo fator étnico compreende o principal nexo para uma sustentabilidade sociocultural para esta população.

Palavras-chave: Movimentos indígenas; Identidade cultural; Roraima.

Abstract: This article presents actions of indigenous leadership through the Indian State Association *Kuai'kri* of Roraima (AEIKRR), taking as support the polyphony of voices expressed in socio-political organizations. It uses spatial area as the urban area of Boa Vista / RR, where ethnic quotas Makushi and Wapichana united in collective identities in the search for affirmation of their cultural identity, rights and socio-cultural survival. Through a qualitative methodology by the technique of participant observation and half structured interview, it was possible to identify at least a dual role in the organization's acting range. They also claim by the public sphere for the fulfillment of the rights won by the 1988 Constitution, for reaffirmation of citizenship re signified characterize as an agency, while the search for otherness in the recognition of an identity distinct culture, with the non-indigenous society, characterized as an entity. In the field of environmental sciences, it can conclude that these are searches for conditions for a cultural continue, whose ethnic factor comprises the main nexus for a sociocultural sustainability in this population.

Keywords: Indigenous movements; Cultural identity; Roraima.

INTRODUÇÃO

No contexto das comunidades indígenas de Roraima, as lutas de caráter sociocultural, inicialmente, deram-se no sentido de definir território físico, haja vista invasões que sofreram em seus territórios ancestrais. Porém na conjunção urbana, esta pesquisa revelou que tais movimentos dos Macuxi e Wapichana, se expressam na busca de afirmação e reafirmação de suas identidades e de seus direitos, portanto o que está em jogo é sua sobrevivência sociocultural. Pode-se considerar que as diferentes maneiras como se expressam as ações dessas bandeiras de lutas, tanto no contexto das comunidades como em áreas urbanas são decorrentes de suas percepções, experiências e subjetividades enquanto pessoas numa intercessão homem-mundo ou homem-vida (OLIVEIRA, 2012).

Referente a este papel de sujeitos indígenas politicamente ativos, Baines (2012) utiliza o termo perspectivo de “protagonismo indígena”, para definir suas atuais articulações em busca de afirmação de sua identidade cultural e reconhecimento de seus direitos de cidadãos. Já Lino Neves (2003), cunha o termo “subjetividades emergentes”,

para referir-se às iniciativas de caráter emancipatório assumido pelos indígenas em seus movimentos sociais.

Compreende-se que novas demandas e necessidades pós-contato com os europeus, foi a meta libertária para a subjetividade indígena, proceder às manifestações coletivas, frente às adversas circunstâncias sofridas em dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas, no embate sociocultural com a sociedade nacional e global. Essa polifonia de vozes do protagonismo indígena, organizados em conselhos, organizações, associações, dentre outras expressividades coletivas, emergiram a partir dos anos 70, no campo dos movimentos sociais. No Estado de Roraima, esse período também marcou os rumos do movimento indígena, sobretudo, ligados às defesas dos direitos territoriais em bases sociais nas comunidades.

Já no contexto urbano de Boa Vista as articulações coletivas emergiram a partir de 2004. Porém as manifestações priorizam outro eixo de ação, qual seja, os direitos por atendimento diferenciado. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo apresentar o protagonismo indígena na Associação Estadual Indígena *Kuai'kri*⁷ de Roraima (AEIKRR), no espaço urbano de Boa Vista. Abordam-se aspectos relacionados às suas articulações, bem como e onde concentram suas ações e direcionam suas manifestações e reivindicações na cidade. Portanto, apresenta um estágio de conhecimento acerca da interação social dos povos indígenas no sentido da coletividade em relação ao protagonismo indígena, o que confere ao assunto abordado um perfil sociocultural, tendo como eixo norteador as ciências ambientais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva ao descrever percepções do protagonismo indígena na área urbana de Boa Vista. Elegeram-se os procedimentos qualitativos, pressupondo o entendimento de relação entre as experiências socioculturais construídas e as subjetividades do sujeito, que não poderia ser traduzida em números (TRIVIÑO, 2001). Desse modo utilizou-se da entrevista semi estruturada e etnografia - mesmo relacional – esta segunda registrada em diário de campo, forneceram dados para conhecer como os indígenas que se encontram na cidade de Boa Vista vivenciam o dilema

⁷*Kuai'kri* significa teso do buritizal ou parte mais alta da planta na língua Macuxi e o mesmo significado na língua Wapichana é o termo *Kuaipyre* (OLIVEIRA, 2010).

para organizarem-se politicamente, na busca do fortalecimento para a identidade cultural indígena.

O processo na construção das informações ocorreu pela proximidade com indígenas acadêmicos, o que levou ao contato com os protagonistas de três organizações indígenas na cidade, porém, delimitações metodológicas, permitem priorizar-se a Associação *Kuai'kri*, como é popularmente conhecida entre os indígenas. Os sujeitos foram unânimes em contribuir com a pesquisa, conformando à percepção de que os indígenas fazem uso das produções acadêmicas como instrumentos que dão notoriedade para suas pautas reivindicatórias.

As observações, diálogo e entrevistas foram realizadas no período de abril a julho de 2015, principalmente nas casas das presidências, também ocupadas como sede das organizações. Nesse instrumento de coleta de dados primário, as lideranças ancoraram-se num roteiro que lhes permitisse uma visão crítica acerca das suas percepções na cidade. Porém, ao assumirem seu papel de liderança, suas narrativas sintetizavam as experiências coletivas dos demais membros. De forma geral, nos relatos destes interlocutores, não se percebeu uma autodenominação de povos minoritários⁸ em processo de libertação, o que se pode perceber é o desejo incessante por afirmação étnica e de seus direitos de cidadão.

A análise das informações constantes nas falas dos interlocutores deu-se mediante identificação das interpretações dos significados das experiências na cidade e necessidade de organização política em agências indígenas. Apoiado em Geertz (1989), a interpretação do fenômeno que norteia esta pesquisa, consiste, apenas em uma tentativa de se chegar o mais próximo possível das interpretações das ressignificações dos sistemas culturais dos indígenas, orientado por suas subjetividades.

Outro procedimento técnico metodológico, que merece destaque, tratou-se de um acompanhamento ocupando-se da técnica de observação assistemática, no movimento grevista indígena realizado no segundo semestre de 2015⁹. Nesses espaços de manifestação, percebeu-se a evidência de questões, embora difusas, mais que de algum

⁸ Pesquisas científicas, censos demográficos e diagnósticos socioeconômicos realizados por indígenas em área urbana de Boa Vista, atestados nesta pesquisa de campo, revelam que grupos socialmente majoritários, não foram capazes de subtrair a presença, trajetória e vivência dos indígenas. Nesta arena de pertencimento, estes povos estão vibrantes, reivindicando sua sobrevivência sociocultural urbana, impondo um maior apreço e respeito à sua cultura, fomentado por meio das organizações indígenas, a “construção uma narrativa de pertencimento que inter-relaciona os aspectos socioculturais engolidos pela história oficial e, posteriormente, pela sociedade em posse do poder público” (MELO, 2012, p. 50).

⁹ Período em que ocorreu a greve dos professores da rede estadual, pela cobrança do cumprimento da Lei 892, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores da Educação Básica de Roraima (PCCREB).

aspecto balizaram a reflexão sobre a temática discutida, e, por conseguinte, adquiriu-se mais apropriação para interpretação das situações empíricas e condutas ressignificadas que mobilizam a subjetividade indígena para suas manifestações.

No movimento grevista apontado, participaram na Praça do Centro Cívico de Boa Vista, pessoas de comunidades das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol, Serra da Lua, Manoá-Pium, que, além das reivindicações contra a falta de estrutura das unidades de ensino, destaca-se, também, o protesto contra a decisão do Governo do Estado que retirou a Educação Indígena do Plano Estadual de Educação (PEE), enviado para apreciação na Assembléia Legislativa do Estado de Roraima (CORREIA, 2015).

Observou-se que este evento contou com a presença expressiva das organizações indígenas, criadas para articular linhas de ações relacionadas ao espaço urbano de Boa Vista. Um modo de perceber o compromisso e a lealdade da parceira dessas organizações para o fortalecimento do movimento encontrava-se no esmero da utilização de símbolos icônicos utilizados para marcar a identidade cultural indígena.

Ornamentados simbolicamente com ‘cocar’ e rostos com pinturas em faixa na cor preta, na altura da linha dos olhos, a equipe de liderança da *Kuai’kri*, também se encontrava presente. Segundo a liderança, essa era uma forma de manifestar seus sentimentos de revolta diante de vozes discordantes no decorrer das negociações, e explicaram que tal expressividade no contexto das comunidades significaria o ‘posicionamento guerreiro’ frente à iminência de combate. É importante ressaltar que nesta participação é nítida a importância das relações étnicas. Observou-se que estavam ativamente participando do processo. Essa dinâmica na representatividade dos indígenas que se encontram na cidade revela a crescente conscientização sobre as origens étnicas, e novas noções de pertencimento étnico, manifestadas, por aqueles que vivem em áreas urbanas.

Há que se registrar, também, no ambiente da manifestação, a atuação de uma jovem indígena que trajava saia e blusa. Esta ao juntar-se a um grupo de garotas indígenas, que se encontrava em vestes tradicionais, sentindo-se em contraste, retirou a blusa para se caracterizar com as demais (DIÁRIO, 11 ago. 2015). Identificou-se que a jovem indígena nasceu e mora em perímetro urbano. Isto é significativo, quando observa-se que tais condutas revelam o quanto os indígenas continuam ligados a suas origens, aos seus pares étnicos.

Nestes aspectos, compartilha-se da mesma concepção manifestada por Virtanen (2010), acerca dos jovens nativos da Amazônia, sobre as várias maneiras e modalidades,

que agenciam suas condutas, com base nas práticas e conhecimentos de seus grupos com referenciais nativos e da sociedade nacional e mundial urbana. Pode-se afirmar que, também, frente a situações ambíguas e contraditórias, sua subjetividade lhes permite assumirem identidades circunstanciais.

Desde essa perspectiva, percebeu-se que essa vitalidade das organizações da cidade de juntarem-se aos movimentos indígenas das organizações com foco nas comunidades, traz o um desejo consciente de dar expressões às suas pautas reivindicatórias na cidade, no sentido de serem vistos também por meio de seus parentes das “bases”¹⁰. O movimento indígena grevista foi idealizado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIRR) e Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR), todas com bases sociais em comunidades. O período desta greve ocorreu em paralelo com o Dia Internacional dos Povos Indígenas, celebrado no dia 9 de agosto. Ocasão em que os indígenas brasileiros realizam protestos por meio da Marcha dos Povos Indígenas, que em 2015, encontrava-se em sua 4ª edição (CORREIA, 2015).

ASPECTOS SOCIOINTERATIVOS E POLÍTICOS DAS REUNIÕES: DESTAQUE PARA A ASSOCIAÇÃO *KUAI’KRI*

Do ponto de vista organizacional, percebeu-se que, na cidade, as reuniões seguem ao exposto por Repetto (2008) para as reuniões vivenciadas pelo autor nas comunidades. Descreve que a dinâmica das reuniões, caracteriza-se por convocação dos membros, para deliberar sobre “articulações, planejamentos, gerais periódicos ou extraordinários, bem como para discutir problemas pontuais” (REPETTO, 2008, p.121). Porém do ponto de vista de interação sociocultural, ao descrever parte de sua etnografia, acerca dos fluxos culturais, junto aos Macuxi e Wapichana, que se encontram em Boa Vista, Melo (2012, p.69), define as reuniões dos indígenas da cidade como:

[...] um espaço de trocas, onde afloram relações amistosas e sentimentos de pertencimento étnico, uma vez que são nessas ocasiões que os participantes não encontram barreiras linguísticas para conversarem entre si na língua nativa, bem como aproveitam os encontros para compartilharem experiências de vida comuns aos povos que residem na cidade, especialmente ao término das reuniões.

¹⁰ Termo comumente usado pelas lideranças na cidade para referirem-se aos contextos das comunidades indígenas.

O Quadro 1, sintetiza algumas informações acerca da reunião da *Kuia’Kri*, que teve-se a oportunidade de participar.

Quadro 1 – Aspectos sócio-políticos da reunião junto a associação

Agência	Disposição espacial	Público	Pauta específica	Periodicidade	Local	Horário	Confraternização
<i>Kuia’Kri</i>	Grupo gestor à frente. Membros em círculos.	Mulheres mais idosas das etnias Wapichana (maioria), presença de dois não indígenas presença de um senhor político partidário da pesquisadora.	Reestruturação do Estatuto.	Bimestral	Casa do presidente e que funciona como sede.	14:00 às 19:00	Lanche (refrigerante e pão com queijo).

Fonte: Dos autores

As reuniões para tratar das pautas deliberativas e outras questões que envolvem o interesse coletivo, são coordenadas pelo presidente, que inicia com a fala de agradecimento pela presença de todos, seguido da exposição dos objetivos. Fundamentando-se em Morgan Gareth (2004), percebe-se que as organizações indígenas seguem a variação dada pela regra da democracia representativa, ocorre à eleição com voto direto dos membros para representar o grupo por um período determinado. Os procedimentos técnicos de eleições e períodos dos pleitos variam de dois anos a quatro anos, e, são determinados e regidos pelos estatutos das organizações.

Na análise acerca das organizações indígenas nas comunidades, Repetto (2008, p117) aborda: “Para os Macuxi, uma boa liderança indígena é aquela que manifesta e atua segundo as orientações das pessoas ou grupos que o elegeram”. No caso das organizações em Boa Vista, considerando as observações do autor e da flexibilidade nos momentos das deliberações nas reuniões, há razões para acreditar, que as bases sociais¹¹ também exercem controle sobre as lideranças na cidade.

Com relação a essa premissa, uma condutabilizadora de tal empenho por parte da liderança, diz respeito à percepção de como, inúmeras forças, os impulsionam a recorrerem as mais variadas situações, que viabilize o fomento de recursos logísticos para o funcionamento da organização. Pode citar como exemplo, as alianças de reciprocidades estabelecidas, no caso da inter-relação sócio-científica, quando disponibilizaram suas

¹¹ Repetto (2008) aborda que no contexto das comunidades as organizações podem ter base territorial, regional, gremial, política e/ou religiosa. Neste contexto, concebeu-se na cidade, pode-se definir predominantemente, apenas as bases sociais, com exceção da ODIC, que possui polos e articuladores em diversos bairros.

trajetórias e experiências, como campo empírico para investigações acadêmicas no sentido de somar forças para seus movimentos. Por outro lado, estão sempre oferecendo seus produtos e seus serviços.

Um aspecto relevante da observação encontra-se no fato da liderança buscar ressignificação e apropriação de conhecimentos espontâneos – mediada pela ocasião da pesquisa – considerados como representativos para os auxiliarem na *práxis* administrativa da organização enquanto instituição. Embora, já se perceba que se trata de um povo extremamente organizado. Essa dinâmica na busca de conhecimentos se desvela teoricamente a partir do “diálogo de saberes”, postulado por Enrique Leff (2004, p. 80). Nesta pesquisa, entendida como qualidade da uma subjetividade indígena em estabelecer apropriação de conhecimentos e saberes de diferentes racionalidades culturais.

Retomando a questão do esmero por parte da liderança no cumprimento de suas atribuições, um novo desafio se anuncia quando se identifica a natureza do trabalho desenvolvido na organização. Neste sentido é possível destacar:

[...]se não tiver trabalhando em um projeto, se não tiver isso, é voluntário, voluntário, voluntário! Nessa época, agente fala a questão da partilha, pois não tem recursos! O serviço que a gente faz é voluntário cada um traz um pouco [...] Porque quando você é uma liderança você quase não tem tempo, eles ficam te chamando, você... mas aí eu estava dizendo eu preciso terminar, eu preciso estudar. Mas aí eu fico pensando se eu deixar mesmo, eu não sei se vão dá continuidade, é uma pena né, eu não quero... (ES1, 15 abr. 2015, p.8)

E o trabalho, como é voluntário também, a gente também parte do princípio que a gente trabalha, a gente estuda, tem família pra cuidar e a gente ainda se doa pra fazer esse trabalho. [...] Porque você fazer um trabalho de voluntariado, você sempre vai economizar pra se manter, pra depois fazer esse trabalho social, pois tem custos. Eu digo pros meninos “olha, se vocês virem pra organização, e achar que vocês vão ganhar dinheiro fazendo esse trabalho social, vocês estão enganados, vocês vão pagar pra trabalhar aqui (risos).” (ES4, 22 mai. 2015, p.12).

Agente, precisa de tempo para dedicar a organização, mas agente precisa, a organização não pode acabar, mesmo sendo difícil (ES8, 09 jul. 2015, p.3).

Nos relatos anteriores, constata-se um trabalho exclusivamente voluntário. Essa natureza do trabalho torna-se mais intensa, quando se alterna com as responsabilidades junto a família nuclear, adicionados pelos trabalhos acadêmicos. Infere-se que, diante da intensidade e complexidade das demandas socioculturais nas dimensões urbanas, para quem assume o cargo, é sinônimo de novos desafios, ao sabor de muito trabalho. Contudo, é um processo necessário, uma vez que as organizações se apresentam como espaço de conquistas.

No espaço sociointerativo das reuniões, a equipe gestora, coloca-se em lugar de destaque, para melhor direcionamento da fala, que na ocasião da reunião referida, deu-se

na língua portuguesa, porém, percebeu-se que as breves conversas paralelas ocorreram na língua materna. Chamaram atenção os estilos muito próprios ou específicos nos trajés de apresentação da presidência para presidir a reunião. No caso da Associação *Kuia'kri*, o líder apresentou-se com o “cocar” e colares. Ao direcionar a pergunta acerca da sua utilização para os presentes, destacou o significado desse adorno, usado específico para fortalecer o papel da liderança indígena¹². Essas observações direcionaram a percepção acadêmica de que mesmo encontrando-se na cidade nivelados pela busca de seus direitos específicos, todavia, cada organização procura construir uma identificação, levando em consideração o que se pode extrair de aspectos de sua identidade cultural. Ou seja, na ocasião em que estes líderes apresentam-se para defender os interesses da coletividade, sua *performance* estava relacionada a fatores fundamentais que expressam confiança, autoridade, e valorização da cultura, repassadas aos membros.

Com relação à disposição socioespacial em duas reuniões, verifica-se que a configuração já descrita por Melo (2012, p. 69), permanece pouco alterada: “As cadeiras e bancos de madeiras são dispostos de modo a formar um círculo, dando visibilidade a todos os participantes”. De fato, parece que esta disposição favorece a interação entre os membros. Desse modo, as deliberações são bastante participativas e nenhum encaminhamento é dado sem que haja a escuta dos pontos de vista de todos os presentes. Contudo, frente à densidade de certos assuntos debatidos coletivamente, as reuniões costumam se alongar, para além do horário de encerramento previsto. Porém, observou-se que os participantes não demonstraram inquietação pelo horário ultrapassado, e ainda tinham a disponibilidade e motivação para além das confraternizações regadas a comidas típicas ou lanches *fast foods*, permanecerem animadamente em conversas grupais.

Um fato interessante, observado foi que além da confirmação da presença para a próxima reunião fixada em calendário, as despedidas entre eles, eram sempre fortalecidas com diálogos que expressavam a combinação de comunhões familiares. Onde o interesse pelo compartilhamento de ingredientes para o preparo de comidas típicas indígenas, parecia ser o principal destaque das conversas. Isto deixa evidente que, as relações que se

¹² Para tanto, remeteu ao contexto das comunidades, quando nas “caçadas”, por ocasião da subsistência, o chefe indígena dá o sinal para atacar a caça de forma “certeira”. Segundo ele por dois motivos. Primeiro para que a caça não ocorra da caça escapar ferida e não consiga mais sobreviver, portanto, vindo a morrer em alguma toca, o que dispendiria seu valor proteico, por outro, que a carne não fique “muito estragada”, diante do esforço com muitas flechadas para abatê-la.

dão nessas reuniões enaltecem os valores e costumes culturais expressos na identidade cultural indígena.

Por outro lado credita-se, que o fator étnico, é quem contraria a tese de descontinuidade rural-urbana, abordada em Shallins (1997). Nesta teoria, pela cidade representar modos de vida estruturalmente distintos e opostos do rural, passou a ser pressuposto geral das ciências sociais ocidentais, que a urbanização daria fim à “ídiotia da vida rural”, pela natureza da cidade, enquanto organismo social complexo postula-se que as relações entre as pessoas deveriam se tornar impessoais, utilitárias, secularizadas, individualizadas, e variamente desencantadas e destribilizadas.

TRAJETÓRIAS DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS EM RORAIMA

Paradigmas no desenho das relações e conflitos sociais fizeram eclodir novas formas de ação coletiva a partir dos anos de 1970 do século passado. Para Alberto Melluci (1996), sistemas e atores passaram a se mobilizar de modo articulado, como formas de expressão, emergindo, portanto, no campo social, os movimentos sociais. Ao conceber que tais movimentos redefinem o significado da ação social para o conjunto da sociedade, o autor define como “fenômenos compostos de elementos numerosos e variados”, que estimulam a inovação e impulsionam reformas.

Nestas articulações as sociedades se mobilizam em uma dimensão de espaço e tempo, frente às adversas circunstâncias estabelecidas nas dimensões políticas, econômicas, jurídicas e culturais, além de inúmeras outras de menor expressividade social. Assim, fundamentam-se nas concepções da esfera de ação dos movimentos sociais indígenas, levantadas por Melluci (1996, p.58), que define os movimentos sociais como articulações que dizem respeito às condutas coletivas com “intervenção crescente nas relações sociais, nos sistemas simbólicos, na identidade individual e nas necessidades”.

Neste sentido, o antropólogo social Maxim Repetto (2008), aborda que os movimentos indígenas fazem parte desse contexto dos movimentos sociais, considerando suas buscas por mudanças nas condições historicamente lhes submetida. Porém, ressalva o assunto de “movimento indígena”, propositalmente no plural, por conceber que no Brasil, há uma polifonia de vozes indígenas. Partindo desta mesma acepção, Aldenor Moçambique da Silva (2013), ao estudar a inserção dos Tikuna em Manaus/AM, traz a ideia de “*índios em movimento*” como sinônimo de movimentos indígenas. De fato, o estudo detalhado feito pelo IBGE (2012), registra uma grande diversidade étnica no

Brasil. Segundo esses dados há cerca de 900 mil índios no Brasil, que se dividem entre 305 etnias e falam ao menos 274 línguas.

Dessa forma, existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada povo, cada comunidade ou cada território indígena estabelece e desenvolve o seu movimento. Sem pretensão de contradição, porém, as lideranças indígenas brasileiras afirmam haver um único movimento indígena, qual seja, aquele que busca articular todas as diferentes ações e estratégias dos povos indígenas.

Os finais dos anos 1960 e início dos anos 1970 foram palco de emergência dos movimentos étnicos em diversos países da América Latina, que para autores como Caleffi (2003) e Lino Neves (2003), marcaram também o surgimento de mobilizações e manifestações indígenas no Brasil. Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 2), define esses movimentos indígenas como “libertários de afirmação de identidade”. Para tanto a autoafirmação da identidade cultural indígena passou a ser uma regra de aceitação absoluta pelo movimento, ou seja, uma unidade pelo fator étnico.

Neste processo, o reconhecimento da identidade cultural indígena “como ser coletivo passou então a ser mais do que um direito político; passou a ser um imperativo moral” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 18). Nisto, sumariza, que a ambiguidade histórica da categoria índio, como termo identitário originalmente pejorativo, acabou por se desfazer no bojo dos movimentos indígenas libertários.

A partir do campo empírico do Amazonas, Lino Neves (2003), resume didaticamente as três primeiras décadas do movimento indígena no Brasil, da seguinte forma. Os Anos 1970 foi o das “assembléias indígenas”, marcando o período das descobertas mútuas e trocas de informações sobre os contextos interétnicos enfrentados por cada povo. Já os Anos 1980, foi o da “União” à “atomização”, foi marcado pelo fim da ditadura, nisto as lutas desencadearam mudanças no contexto nacional que se estenderam ao indigenismo, resultando em alterações na correlação de forças entre os atores sociais envolvidos no trato da questão indígena, neste período houve uma multiplicação das organizações. Os Anos 1990 foram a “consolidação dos projetos étnicos”, marcados por projetos étnicos imediatistas, diante das reivindicações das organizações convertidas em representantes de coletividades indígenas.

A segunda década menciona, também marcou no estado de Roraima, os rumos dos movimentos assumidos pelos indígenas, quando emergiram nas comunidades a dinâmica dos encontros de lideranças, delineando os primeiros contornos dos conselhos e organizações indígenas. Segundo Repetto (2008) a centralidade desses encontros contou

com o apoio logístico e incentivo da Igreja Católica, mediada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que foram “[...] processando um novo modelo de organização social que buscava melhorar a vida nas malocas” (p.113). As grandes assembleias favoreceram a articulação entre as aldeias e povos, como instrumento de ferramentas contra a exploração e opressão indígena promovida por fazendeiros e garimpeiros e outros setores interessados na ocupação dos territórios indígenas (PEREIRA, 2010).

Cabe destacar que, historicamente, a liderança indígena roraimense, estabelece que o marco da luta indígena no Estado, ocorreu em 26 de abril de 1977, na comunidade Maturuca, situada na terra indígena Raposa Serra do Sol, onde lideranças e comunidade assumiram o compromisso de dizer “Sim à comunidade, Não à bebida alcoólica”. Era uma decisão indígena de não mais se submeter às opressões socioeconômicas oriundas do regime de semiescravidão desenvolvido junto aos fazendeiros, onde a remuneração dos serviços prestados consistia praticamente por comida e cachaça (PEREIRA, 2010). A partir deste compromisso, surgiu outro *slogan*, “Ou vai, ou racha”, para referir-se à decisão de romper com qualquer imposição que poderia impedir de recuperar seus territórios e suas vidas.

As Assembleias Gerais dos Povos Indígenas de Roraima vem acontecendo anualmente no Estado. A 45ª edição, realizada em maio de 2016, ocorreu no Centro Regional Lago Caracaranã, região da Raposa na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Segundo o site do CIR (2016), a principal questão indígena discutida foi relativa às propostas da PEC 215, com o tema “Enquanto houver insistência, haverá resistência – Não à PEC 215”. De autoria de um ex-deputado federal de Roraima, a emenda constitucional (PEC) 215 de 2000, tem sido alvo de protesto de grupos indígenas no Brasil e em Roraima (CIR..., 2015).

Com relação à temática indígena, segundo a ementa constitucional – PEC/2015, a competência da União na demarcação das terras indígenas é transferida para o Congresso Nacional. A proposta também possibilita a revisão das terras já demarcadas e outra mudança seria nos critérios e procedimentos para a demarcação destas áreas, que passariam a ser regulamentados por lei, e não por decreto com é atualmente. A subjetividade indígena concebe que tais propostas são uma ameaça e retrocesso aos direitos indígenas já conquistados.

É neste aspecto que Pereira (2010), aborda que essas assembleias promovidas pelo CIR, constituem espaços políticos e socioculturais de valorização de identidades coletivas

e também de recuperação de memórias dos diferentes grupos. Portanto, a partilha de experiências vividas, contribui nas novas posturas nas relações agenciais com instituições relacionadas ao poder público e a sociedade hegemônica.

Ao tomar a categoria étnica como o sistema de referência da ação nos movimentos indígenas, Silva (2013) registra que movimento indígena tem no topo de sua estrutura a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que faz a representatividade a nível nacional com sede em Brasília, aglutinando o principal objetivo de tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações. Resume que existem no Brasil mais de 900 organizações indígenas formais de diferentes níveis (comunitárias, locais e regionais) e naturezas (de povos, de categorias profissionais, geográficas, de gênero, sindicais etc.).

O autor em questão destaca que a estrutura estratégica de articulação em representatividade que comunga interesse nacional e mesmo interesses regionais “valoriza, visibiliza e fortalece a pluralidade étnica, na medida em que articula, de forma descentralizada, transparente, participativa e representativa os diferentes povos” (SILVA, 2013, p. 124). Porém, não anula nem reduz as particularidades e a diversidade de realidades socioculturais dos povos e dos territórios indígenas.

A pesquisa de campo confirma o exposto teórico referente ao caráter étnico homogêneo centralizado no objetivo comum dos movimentos indígenas no que diz respeito aos direitos humanos. Ao abordar sobre essa questão, um dos colaboradores relata:

[...] sempre que conversamos sobre povos indígenas, sem separar, assim, pegando todos os indígenas do campo e da cidade, do interior. Agente tem trabalhado a questão dos direitos humanos indígenas, que são os mesmos... Todos nós infelizmente, sofremos a questão de preconceito, tanto sendo da cidade ou da comunidade. É na universidade, nas escolas e em vários e em vários departamentos do poder... (ES11, 28 jun. 2016, p.4).

Esse relato reflete o desejo de algumas lideranças em buscar uma unidade dos povos indígenas no sentido de reconhecimento e valorização de sua cultura e atenção por parte do Estado e da sociedade em geral, frente à ideia de que há uma distinção étnica-social entre os indígenas que se encontram na cidade e àqueles das comunidades. O relato mostra uma preocupação de liderança de que os indígenas que se encontram dos espaços urbanos devem ser atendidos e reconhecidos assim como os indígenas que habitam as comunidades. Isso mostra que o fato de ter se deslocado para a cidade não afeta sua identidade cultural indígena.

No âmbito do território brasileiro, com reflexos também em Roraima, a história dos movimentos indígenas, formalizados juridicamente em organização, associação, conselhos, como já destacado, vem tendo seu apogeu, após a promulgação da Constituição de 1988. Segundo Silva (2013), o reconhecimento legal da organização social e dos direitos indígenas, suas comunidades e organizações de ingressarem, como partes legítimas, em juízo em defesa de seus direitos e interesses (*Capítulo VIII da Constituição da República Federativa do Brasil – 1988*), provocaram mudanças de orientação na atuação política dos indígenas no campo das relações interétnicas.

As pautas reivindicatórias dos movimentos indígenas no Brasil, em sua trajetória histórica e atual, trouxeram importantes transformações diante das expectativas indígenas. Diversas políticas já foram implementadas como, por exemplo, a proteção dos territórios e a sustentabilidade socioeconômica dos grupos indígenas na sociedade nacional (SILVA, 2013). Porém, dados da pesquisa bibliográfica e documental no contexto dos centros urbanos de Roraima, revelaram que tais políticas e implementações públicas estão diretamente relacionadas aos indígenas que se encontram regularmente residentes nas comunidades, no âmbito dos territórios demarcados pelas terras indígenas. Estas ações políticas não contemplam os indígenas que se encontram nas áreas urbanas.

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NO CONTEXTO SOCIOESPACIAL DE BOA VISTA

Atinente à Boa Vista embora se tenha referências históricas da presença dos povos na cidade, desde sua fundação¹³, somente a partir do ano de 2004, se tem registro de articulações dos povos indígenas em condutas coletivas para reivindicação de seus direitos na cidade. Essas ações culminaram em organizações políticas com identidades coletivas. Segundo Maximiano (2000) uma organização é uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Dessa forma os indígenas, conceberam que uma organização política poderia ser o principal espaço sócio-político que tornaria possível deliberadamente perseguir objetivos que já se mostraram inatingíveis do ponto de vista individual.

Atualmente as organizações indígenas constituem uma modalidade formal e institucionalizada, também conhecidas como conselhos e associações. Portanto em um

¹³ Cf. Ferri (1990), Faragi (1991) e Barbosa (2003).

cenário de novas demandas socioculturais, como o desvelado em Boa Vista, desafiadores conflitos acionam a subjetividade indígena para buscar soluções, por meio de organizações para garantia de sua sobrevivência sociocultural e econômica. Embora, não deixando, claro que se tratava de organizações para questões indígenas na cidade em Souza (2009) na dissertação em área da Economia, foi constatado que 60,7% dos indígenas em contexto urbano admitiam ter participação em organizações indígenas, enquanto 39,3% não participavam, embora manifestassem simpatia pela causa.

Melo (2012) sinaliza que as organizações sócio-políticas que defendem os direitos dos indígenas que se encontram na área urbana de Boa Vista, também se fazem presentes no estado vizinho, Amazonas. Aponta-se como exemplo: a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), Associação Indígena de Barcelos (ASIBA), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Confederação das Organizações Indígenas do Amazonas (COIAM), Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônia (COICA), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e Associação Comunitária Indígena Agrícola Nheegatú (ACINCTP). Do já discutido, pode-se afirmar que, todas têm, quase exclusivamente, a tarefa primordial da luta política pela defesa dos direitos coletivos e diferenciado dos indígenas. Além de “afirmar, diante da população nacional, uma identidade étnica e reivindicar o reconhecimento de seus direitos” (VERAS e DE BRITO, 2012, p.106).

A reafirmação da identidade cultural indígena, da qual abordam Veras e De Brito (2012) está ancorada em aspectos de relações e interações socioculturais, que se pode inserir tanto em âmbito externos, quanto internos. Estes por sua vez, apresentam classificações, de acordo com sua abrangência de atuação.

Compreende-se como aspectos de âmbito externo, aqueles manifestados em contextos de estranhamento ou conflito sociocultural com a sociedade não indígena dominante, incluindo o Estado, portanto de ambiência sócio-política, assumindo a classificação de agência ou de entidade.

Sem a pretensão de que uma classificação ou atribuição exclua a outra, os dados revelados na pesquisa, inferem interpretar aspectos nas atribuições das organizações indígenas no contexto de Boa Vista, levando a seguinte identificação: a) enquanto agência para negociar com as esferas públicas, suas pautas, portanto, consiste em reunir e apresentar as dificuldades oriundas nos centros urbanos, que comprometem a sua

sobrevivência e de sua família, ou seja, seus direitos de cidadãos; e, b) enquanto entidade para buscar visibilidade de sua identidade cultural, diferenciada da sociedade não indígena, portanto, suas atividades consistem em apresentar junto a sociedade não indígena, aspectos e elementos de sua identidade cultural, como seus costumes, suas danças, suas línguas, suas crenças, dentre outras. Junto ao setor público, políticas que levem em consideração aspectos e elementos de suas especificidades étnicas.

No caso dos indígenas Macuxi e Wapichana de Boa Vista, o relato abaixo, expressam alguns contrastes nas interações sociais cidadinas, que motivaram à formalização da organização, relacionados aos aspectos externos:

[...] e isso eu venho aprendendo muito, se agente realmente não tiver organizado, e agente não tiver uma discussão boa, agente não consegue! Você não consegue... (ES1, 15 abr. 2015, p.8).

Essa forma de organização tem muito há ver com a necessidade, né, de resolverem alguns problemas sociais nos quais os indígenas passam atualmente, por exemplo, a organização surgiu dessa necessidade de resolver ou em busca de como resolver esses problemas sociais e culturais, vamos dizer assim, né, então a partir disso, da organização foi percebendo que havia essas necessidades, mas após algumas discussões vimos que tinha necessidade de busca (ES4, 22 mai.2015, p.1).

[...] aí decidimos assim: a partir de hoje racha com o governo do Estado, então nós ao sairmos de lá, conversamos entre as lideranças, agente decidiu que iríamos criar um movimento para reivindicar os nossos direitos (ES3, 12 jul. 2015, p.1).

[...] tem muita gente diz o que é que FUNAI faz? FUNAI, não ajuda vocês.. então não é isso, tem que se organizar primeiro nós, nós povos indígenas para poder cobrar seja da prefeitura se é do governo, se é do FUNAI, agente tem que se organizar primeiro, se agente não se organizar agente não vai para frente! (ES5, 12 mai. 2015, p. 7).

A relação com os aspectos externos, presente no conteúdo dos relatos, encontra-se na necessidade de buscar solucionar relacionados ao antagonismo com a sociedade não indígena e do ínfimo ou nenhum apoio governamental. É neste sentido que essa busca insere-se na dimensão social e política. Nestes aspectos, se torna evidente depreender que a formação e institucionalização de espaço de negociação como pleito para as demandas políticas e socioculturais específicas dos indígenas, são necessidades que podem ser discutidas nas dimensões de atuação de uma agência. Em segundo momento, percebe-se que esta função de agente que caracteriza a organização indígena, impulsiona a perspectiva de ampliação do espaço de atuação política.

Já os que se classificam nos âmbitos internos, tratam daqueles que envolvem o fortalecimento da identidade cultural indígena, dentre os próprios povos indígenas e membros da organização. Neste sentido, o relato de uma liderança, põe em evidência esse aspecto:

É a bendita vergonha! Mas aí você pergunta: - Porque essa vergonha? Discriminação, preconceito. Entendeu? E aí que agente fica analisando e vendo essa vergonha, mas é por causa disso. O índio já é tão tachado, depois da Raposa Serra do Sol, índio é preguiçoso, índio é isso, índio é aquilo, então eles vão tendo... criam essa vergonha, mas aí eu digo “como é que nos vamos acabar com essa vergonha? **A gente precisa fortalecer essa organização**“[...] só que tem essa bendita vergonha, que ele não consegue deixar. Entendeu? Eu digo assim, por que às vezes a gente tá... tá numa rodada onde tem muito gente... tem não indígena, também! E quando eu falo uma coisa, uma questão indígena, eles me olham. Dizem “ela tá meio doida”. Entendeu, como é?” (ES1, 14 abr. 2015, p. 4, grifo nosso).

Observa-se no posicionamento da liderança, que a organização revela-se como um potencial transformador para o sentimento de inferioridade, diante da intimidação social sofrida pelos indígenas. A organização fortalece a identidade indígena para se auto-declarar. Nestes aspectos, novamente recorre-se a Barth ([1989]2000), ao ressaltar o caráter organizacional da etnicidade enquanto processo de construção social.

Com efeito, as atividades de troca de experiências e elementos culturais, proporcionados pelos encontros periódicos das organizações, contribuem no fortalecimento da constituição da subjetividade indígena, com o seu contexto cultural. Porém há de considerar que são grupos de etnias diferentes, ou seja, no mínimo, Macuxi e Wapichana. Assim há de levar em consideração a observação de Repetto (2008) que essa “identificação” ou “consolidação de identidade” fundamentada na articulação política e cultural das organizações, portanto, não substitui os grupos étnicos existentes, mas os complementa.

Em sua pesquisa Melo (2012) registrou a dificuldade dos sujeitos em explicitar uma filiação a um grupo étnico em Boa Vista com exceção daqueles que estavam vinculados à alguma organização. Embora pareça contraditório, mas as dificuldades na identificação étnica, atual, decorrem do fato de que esses sujeitos viveram, processo onde a identidade indígena nas cidades, principalmente na presença de não indígena, eram frequentemente encoberta como estratégia adotada por estes para escapar de preconceitos e estigmas.

Deste modo, as organizações abrem-se como novas perspectivas para autoafirmação indígena. Uma vez que Convenção 169 da Organização Internacional do

Trabalho (OIT), cujo Brasil é signatário desde 2002, estabelece a auto-identificação como critério fundamental na determinação da identidade indígena de um grupo (CAMPOS, 2006). As organizações formalizadas neste contexto, com já atestada por Melo (2012), atuam como espaço de sociabilidade e fortalecimento da cultura indígena.

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA KUAÍ'KRI: BUSCA PELOS DIREITOS INDÍGENAS

A partir do dia 9 de outubro de 2004, após aprovação em assembléia composta por cerca de 100 indígenas¹⁴, é constituída, a primeira agência indígena para ser instrumento de luta e representação dos povos indígenas que se encontram na cidade de Boa Vista. Cujas missão está na defesa social, cultural e trabalhista dos indígenas que se encontram na cidade de Boa Vista, junto aos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais. Ao adquirir personalidade jurídica foi denominada de Associação Municipal Indígena *Guai'krí* de Boa Vista (AMIGB). As circunstâncias de sua origem a diferencia das outras duas agências pesquisadas, pois sua fundação teve como propósito representar, defender e promover os direitos dos povos indígenas que ao deslocar-se para a cidade ficavam esquecidos e discriminados pela FUNAI, FUNASA e outras entidades indigenistas (ÍNDIOS..., 2004).

Do ponto de vista social o foco de suas ações está no resgate da dignidade dos indígenas que se encontram em áreas urbanas, visualizando, apoio por meio de trabalhos sociais, como a abertura de creches indígenas, encaminhamento para a consecução de benefícios ou documentos juntos aos órgãos públicos, tratamento de saúde dentro ou fora do país e a ajuda aos indígenas que estão na cidade, mas, que queiram retornar às suas malocas de origem (ÍNDIOS..., 2004).

Com relação aos direitos culturais, a preocupação central do mentor na ocasião da criação da agência AMIGB, era que muitos indígenas, estariam em iminência de perder seus referenciais culturais, dado a discriminação sobre eles em Boa Vista. Neste sentido, o discurso da liderança, contemplava: “[...] conscientizar nossos irmãos da necessidade de, mesmo na cidade, preservarmos a nossa história, as nossas culturas, línguas, crenças e tradições”(ÍNDIOS...,2004, documento digital).

¹⁴Naquela ocasião, o contingente, que se conhecia para as populações indígenas que se encontravam em Boa Vista, seriam cerca de sete mil indígenas de várias etnias.

A pesquisa em documentos institucionais da agência revelou que atualmente organização ressignificou-se e ampliou seu território de atuação para o âmbito estadual, quando acrescentou a gestão dos garimpos em terras indígenas, passando a denominar-se Associação Estadual Indígena *Kuai'kri*¹⁵ de Roraima (AEIKRR), segundo informações verbais, contando com aproximadamente 500 membros inscritos. Sua sede localiza-se em um anexo da residência do presidente, localizada no bairro Raiar do Sol, zona Oeste de Boa Vista. O objetivo central em seu estatuto traz em sua essência, os mesmos objetivos de fundação, isto é, a finalidade de apoiar os direitos permanentes dos indígenas. Haja vista, que as circunstâncias atuais, continuam apresentando as mesmas dificuldades da ocasião de sua criação.

Observou-se que a *Kuai'kri* apresenta laços estreitos com as comunidades. O pressuposto de encontrar-se na cidade, não exclui a interação as comunidades de origem. Esse quadro conjuntural pode ter explicação no fato do mentor de sua fundação exercer liderança junto às comunidades. Segundo reportagens do jornal A Folha de Boa Vista (INDIOS..., 2004) e Souza (2009), que o líder indígena Gilberto Macuxi, hoje falecido, foi o mentor da fundação dessa agência indígena. O fragmento desse relato, também trás essa informação: “Foi através da esposa do Gilberto Macuxi, foi o que criou o Kuaikri, por meio da Marilene a esposa dele, então foi ela mas eu, ela era conhecida de lá do Mutun, aí ela disse [...] eu tô precisando de uma pessoa aqui pra... aí ela me convidou, eu disse tá bom.” (ES10, 08 jul. 2015, p.2).

Acerca do protagonista indígena do fundador da *Kuai'kri*, Repetto (2008) atesta que também promoveu a fundação da organização regional ARIKOM, ex-CINTER e ex-APIRR. O autor ressalva que para o líder em questão, as organizações têm de ser regionais para atender as especificidades locais. Muito provavelmente o que justifica esse líder ser o mentor para uma agência indígena local para os povos indígenas que se encontram na cidade de Boa Vista.

Por meio da pesquisa de campo e entrevista com a liderança o estudo revelou que no contexto urbano, as ações da organização indígena *Kuai'Kiri*, seguem centradas em estratégias que procuram superar preconceitos, que procuravam desqualificá-los, enquanto minorias sociais, devido as suas condições étnicas e culturais, conforme destaca-se em relatos: “Nós sofremos discriminação e preconceito!... Mas nós somos brasileiros, nós somos os verdadeiros brasileiros, e dono da terra!... Então o povo que está

¹⁵*Kuai'kri* significa teso do buritizal ou parte mais alta da planta na língua Macuxi e o mesmo significado na língua Wapichana é o termo *Kuaipyre* (OLIVEIRA, 2010).

no poder tem que dá condições para nós viver com um pouco de dignidade, por isso lutamos, não desistiremos!” (ES8, 09 jul. 2015, p. 2).

Desse modo, essa organização enquanto agência busca dialogar para o resgate da identidade e afirmação étnica fomentando direitos cidadãos à saúde, cultura, artesanato, cidadania e apoio as iniciativas na área da educação. Enquanto espaço de fortalecimento da cultura indígena, essa organização traz em sua essência, os mesmos objetivos, isto é, a finalidade de apoiar os direitos permanentes dos indígenas; produzir, publicar e desenvolver projetos não integracionistas; propiciar discussões com o intuito de recuperar não só a posse da terra, mas também a identidade étnica e a autodeterminação dos povos indígenas; fomentar nas escolas da cidade a introdução da cultura, língua e história dos indígenas; apresentar aos órgãos competentes das três esferas públicas suas propostas e alternativas para a implantação de uma educação escolar indígena diferenciada e de qualidade.

Enquanto espaço de fortalecimento da cultura indígena, essa organização faz em sua essência, momentos que propiciam encontros e troca de experiências e conhecimentos. Na ocasião da participação na reunião, houve uma calorosa receptividade pela equipe da diretoria e de todos os membros presente. Embora haja dificuldades, as datas comemorativas são utilizadas como meio de encontros e interações, regadas ao sabor de comidas típicas e brincadeiras. Por exemplo, no dia alusivo às comemorações ao dia do Índio, a associação realiza concurso de artesanato, gincanas com provas de conteúdos da cultura indígena como tiro ao alvo com arco e flecha, ingestão de um litro de caxiri¹⁶, concurso do melhor grupo de dança Parixara¹⁷ (PORTAL, 2014). Pode-se dizer, a partir da etnografia de Pereira (2005), no contexto fronteiriço com a Guiana, que trata-se de uma extensão daquilo que a autora chamou de “novas cosmologias” no contexto das comunidades, como reflexo da relação de contato. Pois nas datas comemorativas, que toma lugar o dia do Índio, é comemorado com atividades que introduz a competição, entendida como nova prática de relação interétnica.

¹⁶ Acerca dessa iguaria indígena, Pereira (2005), informa trata-se de uma bebida nativa dos indígenas da região. Ela apresenta algumas variações quanto à matéria prima. Fazem-na após a fermentação da mandioca, porém há quem diga ser possível fazê-la também da fermentação do milho. É indispensável nos períodos festivos.

¹⁷ Segundo Esbell (2014, 23), diz a lenda que foram os urubus que ensinaram as danças do Tukuí e Parixara aos Macuxi. Um urubu em especial, numa ocasião igualmente especial. Só se dança o Parixara em dias felizes, então, cada dia dança-se menos e sonha-se mais. Para o autor, que é indígena Macuxi: “Parixara é um momento ímpar, um êxtase, um transe coletivo!”.

No contexto urbano, são eventos que contam com a participação de indígenas de diversas etnias, inclusive, das comunidades mais próximas de Boa Vista. Para a liderança da organização, há um sentimento alegria ao reunir a “parentada” (PORTAL, 2014). Esta integração parece ser o ponto mais importante dos encontros. Porém as lideranças atestam ser também uma oportunidade de buscar visibilidade, no sentido de tornar conhecida a cultura e identidade indígena:

Reunimos muita gente aqui, muitos parentes, fazemos disputa de tiro ao alvo com arco e flecha e para saber quem beberia um litro de caxiri em menos tempo. Entre os concursos, tem o da índia mais bem arrumada [...]. Juntar os parentes, todo mundo, muitos indígenas com crianças e fazer todas essas brincadeiras me deixam muito feliz. Mas nós, também queremos chamar a atenção da sociedade não indígena e das lideranças que estão no poder. Precisamos de muitas coisas para as comunidades e para a associação... (ES8, 09 jul.2015, p.3).

Celebrar essas datas importantes, como o dia do índio, o dia das mães, mesmo com todas as dificuldades que os indígenas da cidade e mesmo os das comunidades enfrentam diariamente, é muito importante, já chegamos a reunir mais de 300 pessoas (ES3, 12 jul. 2015, p.3).

Como é possível depreender as comemorações há um grande contingente de indígenas, também registradas na reportagem de Portal (2014). Isso reflete a busca pelo fortalecimento da identidade indígena em contexto urbano com atividades voltadas para a cultura dos povos indígenas, pela integração em relação ao pertencimento étnico. Por outro lado a associação utiliza os encontros socioculturais das ocasiões festivas como visibilidade para a sociedade não indígena e junto ao poder público, difundir a política indígena.

Outra preocupação da organização está relacionada ao contingente indígena infectados com o vírus HIV em Roraima, segundo relatos da liderança, também atestado em reportagem divulgado pela Agência de Notícias da Aids. Dados informam que somente em dois anos, o número de indígenas infectados com o vírus HIV em Roraima aumentou de 47 para mais de 100 casos. Neste sentido, há um eixo que trabalha com políticas voltadas para o combate a Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) em comunidades indígenas (ASSOCIAÇÃO..., 2015). A liderança acredita que tais índices se devem aos deslocamentos para Boa Vista, e falta de informação sobre as DSTs e o desuso do preservativo, além de outras ausências de ações preventivas. Porém, adverte que é necessário ter cautela, principalmente por questões culturais:

Temos que ir com um pouco de calma nessa questão, afinal a cultura do indígena é de não se prevenir ao ter relação sexual, porém, ao mesmo tempo, devemos ‘correr’ para evitar o aumento da doença [...] A maior incidência é em homens com idades de 24 a 37 anos. Porém, temos casos de jovens e até adolescentes. A grande maioria não conhece a doença e sua gravidade (ASSOCIAÇÃO..., 2015, documento digital).

A organização apoia o Movimento por Política Justa e Solidária (MPJUS), que surgiu como ambiente de reivindicação política e social em relação à administração da Secretaria Estadual do Índio (SEI). O movimento reivindicava os direitos administrativos da secretaria que até então era administrada por não indígena, e também assumiu como objetivo a fiscalização, controle, e execução dos projetos e repasse de recursos do governo federal. Em um discurso banhado por manifestações de indignação, uma liderança, explica o surgimento e propósito do movimento:

[...] partir de hoje há 10 anos, que a SODIURR acompanha o governo do Estado em todas as instâncias, todo o governo que entrou, agente sempre acompanhou, a partir de hoje racha com o governo do Estado, então nós ao sairmos de lá, conversamos entre as lideranças, agente decidiu que iríamos criar um movimento para reivindicar os nossos direitos, e nós iríamos ocupar a Secretaria do Índio, com esse propósito, então fizemos eleição, com essas diretorias do MPJUS, fizemos três reuniões demos entrevista onde nós falamos que o governo tinha dito, que o governo do Estado havia dito que os indígenas não estavam capacitados, onde até o repórter, da Rádio Folha disse, é, não está capacitado para assumir cargo, mas está capacitado para votar quando vier eleição para senador, eu digo é né, para você ver! Até que ponto chega a prepotência de um governador... Então foi assim que surgiu o SEIJUS, aí agente, aonde as entidades se juntaram, nós fizemos camisetas...(ES3, 12 jul. 2015, p.2).

O empenho nesse processo de já luta, paulatinamente, apresenta visíveis resultados positivos, como a atual inserção de indígenas na composição da gestão da secretaria Estadual do Índio. Do discurso acima, chama a atenção, o fragmento de uma situação bastante comum nos “jogos” da política partidária regional: “mas está capacitado para votar quando vier eleição”. Essa situação pode ser explicada por Pereira (2005, p. 97), a partir do contexto fronteiriço entre Brasil e Guiana, quando grupos de políticos buscam “assistirem as malocas com programas de políticas públicas, criam elos assistenciais e mantêm sua imagem de modo a garantir nas malocas indígenas o apoio eleitoral de que precisam”. Repetto (2008) também traz o fato de algumas comunidades receberem “apoio” de diferentes grupos

políticos, ou mesmo do Estado, com tal intenção. Porém há uma discussão dos movimentos indígenas para superar este clientelismo:

Em vez de eles se motivarem o que que vai acontecer, se tornam dependentes. Não é isso que tem que ser. Ai não suje autonomia nenhuma e se o governo continuar fazendo o tempo todo vão entender que é o Estado que tem que fazer o tempo todo. É complexo, mas nós vamos tentar motivar [...] Não é projeto de criação de peixes, de mandioca que vai tornar a comunidade autônoma se você não tem dentro de você a organização política não estiver autônoma não é um projeto que vai tornar você autônomo, mas sim sua concepção de vida. É nesse sentido (ES11, 28 jun.2016, p.4).

O assistencialismo interesseiro por meio da política partidária, de que tratam os autores e o depoente acima, constitui uma situação paradoxal, também, para lideranças indígenas que se encontram na cidade. Por um lado, a necessidade de sobrevivência configura sentidos, que impõe aos indígenas, o compartilhamento de tais propostas, que muitas vezes, parece se ajustar as circunstâncias, estabelecendo nexos para a subjetividade indígena, aceitar tais ofertas. Alianças com agentes políticos partidários revelaram-se presentes nos relatos de alguns entrevistados.

Por outro lado, eles criticam, pois adquiriram a consciência que esse clientelismo, parece ter uma função negativa, que limita a autonomia reflexiva sociocultural indígena, no sentido de buscar outras alternativas para a sobrevivência, conforme destaca essa liderança. Nessa perspectiva, assinala-se a partir de Souza e Repetto (2007, p.53), o repúdio indígena acerca de tais ações: “[...] não precisamos de ações paternalistas que sirvam somente a interesses espúrios de cabos eleitorais sem escrúpulos. O que precisamos realmente são melhorias reais em nossas condições de vida”.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO

Por meio de fontes documentais e recursos bibliográficos em ambientes da *internet*, foi possível fazer o levantamento do universo das ações desenvolvidas pela organização *Kuai'kri*:

- a) Reivindicação por meio de dois ofícios da Associação Indígena *Kuai'kri*, contendo um conjunto de reivindicação nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e produção, durante a Visita à TI Raposa Serra do Sol, realizada nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2013 (CÂMARA..., 2013);
- b) Participação da Associação Municipal Indígena de Boa Vista/RR (AMKB), na Reunião Extraordinária “emergencial” do Comitê Regional da FUNAI de Boa

- Vista, cujo assunto: A Saúde dos Povos Indígenas Yanomami assinando a Carta Solidária De Apoio aos Povos Indígenas Yanomami (MINISTÉRIO..., 2011);
- c) Celebração do dia do índio com a participação e interação de diversas etnias, como Macuxi, Wapixana, Wai-wai, Iekuana e Waimiri-Atroari, com gincanas em provas como: disputa de tiro ao alvo com arco e flecha, saber quem beberia um litro de caxiri em menos tempo, e concurso da índia mais caracterizada e o melhor grupo de Parixara (PORTAL, 2014);
 - d) Trabalho de resgate da língua materna Wapixana para os jovens indígenas e comunidade não indígena aos sábados (PORTAL, 2014);
 - e) Reivindicação acerca de falta de escolas e de um local específico para crianças indígenas (PORTAL, 2014);
 - f) Reivindicação de uma feira para comercialização de produtos indígenas (PORTAL, 2014);
 - g) Reivindicação de postos indígenas para atendimento de indígenas (PORTAL, 2014);
 - h) Informações acerca da realidade do aumento de indígenas infectado com AIDS em Roraima (ASSOCIAÇÃO..., 2015);
 - i) Parceria com a prefeitura municipal de Boa Vista, com fornecimento do local para disponibilização dos serviços médicos, odontológicos e oftalmológicos das unidades do Expresso Saúde na Capital (BOA VISTA..., 2014);
 - j) Parceria com a prefeitura municipal de Boa Vista proferir palestra sobre Direitos Humanos, na sede da organização (BOA VISTA..., 2014);
 - k) Reivindicação junto a Secretaria do Índio do Estado de Roraima, acerca de transporte para comercialização de produtos indígenas (MOVIMENTO..., 2014);

Do exposto, verifica-se, que mesmo de natureza autônoma, suas ações lhes permite dispor de uma rede de relações e conexões, habilmente utilizada pela liderança, como: órgãos públicos, partidos políticos, dentre outros, sempre buscando contribuir o seu fortalecimento e autonomia dos povos indígenas. Também formula estratégias próprias para garantir a continuidade da luta e resistência dos povos indígenas. No fortalecimento da cultura, identidade étnica e autodeterminação dos povos indígenas, desenvolve iniciativas educacionais que se voltam para a valorização das línguas e culturas tradicionais como danças e fortalecimento da gastronomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como principal fonte as experiências e percepções de campo, verificou-se que as expectativas relatadas em relação ao papel das organizações correspondem a estratégias de negociação com os setores públicos, trazendo maior representatividade sociocultural e econômica para as famílias de indígenas que habitam o espaço urbano. São elementos significativos que retratam e justificam a importância das agências no contexto existencial urbano.

Nestes protagonismos, encontra-se o foco voltado para o empoderamento dessas pessoas no que se refere entender seu contexto, sua realidade e qual o papel de cada um para o fortalecimento das suas lutas. Esse entendimento é necessário e preponderante na construção de ações coletivas que consiga mudar a relação com a sociedade e principalmente entender o processo que os possibilita reivindicar os seus direitos perante o arcabouço governamental.

No tocante a Associação *Kuai'kri*, contudo, sem muitos avanços no tocante aos recursos logísticos para seu funcionamento, permanece ativa, fortemente engajada, organizada, reunindo-se conforme calendário pré-fixado, para continuar estabelecendo suas articulações.

No rol de suas ações permite-se identificar desejos e anseios da expectativa indígena acerca das necessidades sociais que esta organização constituída, enquanto agência devem perseguir em relação à sobrevivência e luta pelos direitos na cidade, como garantia do cumprimento dos deveres constitucionais para reafirmação da cidadania ressignificada para os indígenas com o reconhecimento do fator étnico, fundamental para afirmação da identidade cultural indígena. Verifica-se claramente que o que está em jogo, são as condições de vida, para reprodução da identidade cultural. Neste sentido, são condições que se constrói por meio das buscas por sustentabilidade social, por meio do enfrentamento das relações de poder, para garantia da qualidade social da vida no contexto urbano.

A busca pelo reconhecimento sociocultural por parte da sociedade não indígena ainda é uma das expectativas muito almejada pelos povos indígenas em todo o Território Nacional. Nos recortes extraídos dos relatos, torna-se evidente a percepção da realidade sociocultural enfrentada pelas famílias indígenas que se deslocam para a cidade de Boa Vista, fazendo com que o papel das organizações constituídas como entidades, seja de fundamental importância concreta e funcional na manutenção da identidade cultural

indígena, para uma vida cidadã digna no espaço urbano local. No campo das ciências ambientais, pode-se depreender que são buscas por condições para um *continuum* cultural no contexto urbano. Em outras palavras, por meio de uma sustentabilidade para as reelaborações culturais serem cada vez mais apropriadas livremente de forma subjetiva e/ou cultural/simbólica.

A classificação como entidade, também, faz entender a coletividade é fundamental para se alcançar os objetivos, porém, mais do que isso, “são caminhos escolhidos pelos indígenas em decorrência dos processos de estabelecimentos de fronteira étnicas, permeados pelo poder da identidade” (SILVA, 2013, p.81). Revertendo a própria identidade coletiva, como um ente com identidade individual na estrutura da sociedade, para um sentido de existência na cidade.

Pode-se dizer que a organização, enquanto entidade toma emprestada, a identidade de sua base social, composta por indígenas reconhecidamente pelo Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), e, por aqueles, que não atendem aos atuais critérios da FUNAI, para obtenção do documento de identificação, mas que carregam na estrutura de sua essência subjetiva, a identidade cultural indígena. Sobre essa questão Silva e Silva (2010, p. 25) informam: “[...] muitos não tem possuem se quer o a certidão de nascimento [...]. É grande o número de indígenas que não tem o RANI”.

Pode-se afirmar que mesmo com suas limitações e fragilidades, algumas conquistas políticas já podem ser avistadas, diante das organizações indígenas articuladas. Segundo relatos, os indígenas que se encontram na cidade, e detêm o RANI, já contam como o auxílio maternidade, a bolsa-escola para os estudantes, agora já conquista de muitos. Porém ainda não são contemplados com a aposentadoria para os idosos.

Assim, reconhece-se que a normativa dada pela Constituição Federal de 1988, trouxe uma grande conquista ao reconhecer sua autonomia, enquanto povo diferenciado, em relação à sociedade nacional, portanto detentores de direitos legais, cabendo às esferas públicas implementações de estratégias políticas para sua sobrevivência física e sustentabilidade sociocultural. Neste sentido, a pesquisa abre paralelas para ações futuras como o diálogo com as esferas públicas em atendimento aos seus direitos constitucionais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO diz que número de índios com HIV em Roraima é alarmante. 19 abr. 2015. Disponível em:

<http://agenciaaids.com.br/home/noticias/noticia_detalhe/23346#.VXErS9JViko>.

Acesso em: 23 jan. 2015.

BAINES, Stephen G. **Social anthropology with indigenous peoples in Brazil, Canada and Australia: a comparative approach.** *Vibrant: Virtual Brazilian* http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1809-4341&lng=pt&nrm=isoAnthropology. vol. 9 no. 1. Brasília, p. 209-238. Jan./Jun. 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412012000100008&lng=pt&nrm=iso#back2>. Acesso em: 14 jul. 2014.

BARBOSA, R. Imbrózio. **Ocupação Humana em Roraima I: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1993. p.123-144. (Série Antropológica).

BOA VISTA tem a maior população indígena urbana de Roraima. **Folha BV**, Boa Vista, 21 abr. 2014. Disponível

em:<<http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=138765>>. Acesso em: 23 out. 2014.

CALEFFI, Paula. **“O que é ser índio hoje?” a questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI.** In: SIDERKUM, Antônio (org.). *Alteridade e multiculturalismo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. p. 175-205. (Coleção ciências sociais).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS. **Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas**, 2013. Disponível em:<http://pib.socioambiental.org/anexos/30774_20150515_120529.pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

CAMPOS, André. **Índios na cidade.** Repórter Brasil. 13 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=520>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Os (des)caminhos da identidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, n. 42, fevereiro/2000. p.7-21. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1733.pdf>>. Acesso em: 23 jan.2016.

CIR – Conselho Indígena de Roraima. **Nota CIR: PEC 215 - retrocesso aos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.** 04 nov. 2015. Disponível em:

<<http://www.cir.org.br/index.php/component/k2/item/402-nota-cir-pec-215-retrocesso-aos-direitos-conquistados-na-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988>>. Acesso

em: 23 fev. 2016.

45ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima celebra 45 anos de luta, união, fortalecimento, resistência e conquista

indígena. 16 mar.2016. Disponível

em:<<http://www.cir.org.br/index.php/component/k2/item/417-45%C2%AA-assembleia-geral-dos-povos-ind%C3%ADgenas-de-roraima-celebra-45-anos-de-luta-uni%C3%A3o-fortalecimento-resist%C3%Aancia-e-conquista-ind%C3%ADgena>>.

Acesso em: 24 jun. 2016.

CORREIA, Luan Guilherme. Dois mil índios reunidos na Praça do Centro Cívico, na Marcha dos Povos Indígenas, pediram melhorias na educação estadual. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 11 ago.2015. Disponível em:

<<http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigenas-engrossam-movimento-grevista/9027>>.

Acesso em: 14 ago. 2015.

DIÁRIO de Campo 2. **Observações na reunião da Associação Kuia’kri.** 12. jul. 2015. Boa Vista, Roraima/RR.

DIÁRIO de Campo 3. **Observações no movimento indígena na praça do Centro Cívico.**11. ago. 2015. Boa Vista, Roraima/RR.

ESBELL, Jaeder. **Memória e Cultura Makuxi.** Santa Maria:Editora: PPGL/UFSM, 2014. Disponível em: <corpus.ufsm.br/corpusantigo2/wp-content/uploads/2015/.../Livro-Makuxi-Final.pdf >. Acesso em 23 jan. 2016.

ES1 – **Entrevistado S1:** depoimento [15 abr. 2015, p. 1- 6]. Entrevistador: Ana Hilda Carvalho de Souza. Boa Vista/RR: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Ana Hilda Carvalho de Souza.

ES3 – **Entrevistado S3:** depoimento [12 jul. 2015, p. 1- 5]. Entrevistador: Ana Hilda Carvalho de Souza. Boa Vista/RR: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Ana Hilda Carvalho de Souza.

ES4 – **Entrevistado S4:** depoimento [22 mai. 2015, p. 1- 8]. Entrevistador: Ana Hilda Carvalho de Souza. Boa Vista/RR: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Ana Hilda Carvalho de Souza.

ES5 – **Entrevistado S5:** depoimento [12 mai. 2015, p. 1- 4]. Entrevistador: Ana Hilda Carvalho de Souza. Boa Vista/RR: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Ana Hilda Carvalho de Souza.

ES8 – **Entrevistado S8:** depoimento [09 jul. 2015, p. 1- 4]. Entrevistador: Ana Hilda Carvalho de Souza. Boa Vista/RR: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Ana Hilda Carvalho de Souza.

ES11 – **Entrevistado S11:** depoimento [28 jun. 2016, p. 1- 7]. Entrevistador: Ana Hilda Carvalho de Souza. Boa Vista/RR: s.e., 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Ana Hilda Carvalho de Souza.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas do Sertão: Os Povos Indígenas no Rio Branco e a Colonização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERRI, Patrícia. **Achados ou Perdidos? A imigração indígena em Boa Vista.** Goiânia: MLAM, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

ÍNDIOS urbanos fundam associação. Disponível em: <<http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=noticia&id=3811>>. Acesso em: 23 jan.2105.

LEFF, Enrique. **Aventuras da Epistemologia Ambiental:** da articulação das ciências ao diálogo de Saberes. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LERVOLINO, Solange Abrocesi e PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. **A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde.** *Revista da Escola de Enfermagem*, v.35, n.2, p. 115-121, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reensp/v35n2/v35n2a03.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2016.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução a administração.** 5^a ed., São Paulo, Editora Atlas, 2000. Disponível em: <http://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/EngMec_NOTURNO/TM038/2013-1/Livro_-_Introdu%27%20o_%20%20Administra%27%20o_-_Antonio_Cesar_Amaru_Maximiano_-_5%20Ed.pdf>. Acesso em: 23 mai.2016.

MELUCCI, Alberto. **A experiência individual na sociedade planetária.** *Revista de Estudos Feministas Lua Nova*, São Paulo, n. 38, 1996.

MELO, Luciana Marinho de. **Fluxos Culturais e os Povos da Cidade: Entre os Macuxi e Wapichana de Boa Vista – Roraima.** Dissertação (Mestrado Profissional de Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Luciana%20Marinho%20de%20Melo.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Fundação Nacional de Índio – FUNAI Coordenação Executiva Regional de Boa Vista-RR. **A Saúde dos Povos Indígenas Yanomami,** 2011. Disponível em: <http://site-antigo.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Carta_em_solidariedade_aos_povos_yanomami.pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização.** São Paulo: Atlas, 2013.

MOVIMENTO entrega denúncia contra Secretaria do Índio ao MPFem RR. G1 RR, 25 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.f24.com.br/editorial/brasil/roraima/25042014->

[130478-movimento-entrega-denuncia-contra-secretaria-do-indio-ao-mpf-em-rr](#)>.

Acesso em; 23 out. 2014.

NEVES, Lino João de Oliveira. **Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra hegemônicas dos povos indígenas no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura Souza (org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 69-68.

OLIVEIRA, Elialdo R. **Reflexão educativa na reconstrução da dignidade da pessoa humana**. In: SILVA, Josias Ferreira; SENHORAS, Eloi (orgs). *Reflexões educacionais a partir de novos talentos*. Boa Vista: UFRR, 2012. p.119-142.

PEREIRA, Mariana Cunha. **A ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil e Guiana**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de pesquisa e pós-graduação sobre as américas – CEPPAC, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2005. Disponível em:<<http://www.ceppac.unb.br/pos-graduacao/teses-e-dissertacoes>>. Acesso em: 25 jan.2014.

PEREIRA, Zineide Sarmiento. O Movimento Indígena em Roraima: a Trajetória das Organizações. In: FERNANDES, Maria Luíza; GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. (Orgs). **História e diversidade: Política, Educação, Gênero e Etnia em Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010, p. 107-121.

PORTAL, Natacha. Associação Indígena Kuaikri celebra Dia do Índio com gincanas, em RR. G1 RR, Boa Vista, 19 abr. 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/04/associacao-indigena-kuaikri-celebra-dia-do-indio-com-gincanas-em-rr.html>>. Acesso em: 24 out. 2014.

PREFEITURA de Boa Vista divulga calendário do Expresso Saúde para mês de fevereiro. 2015. Disponível em:

<<http://www.conasems.org.br/index.php/comunicacao/municipio-em-foco/991-prefeitura-de-boa-vista-divulga-calendario-do-expresso-saude-para-mes-de-fevereiro>>. Acesso em: 23 out. 2014.

REPETTO, Maxim. **Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no Estado de Roraima**. Boa Vista: UFRR, 2008.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I)**. Revista Mana. Rio de Janeiro. v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997.

SILVA, Aldenor Moçambique da. **A inserção dos Tikuna no tecido social urbano de Manaus**. Dissertação. 2013. 142 f. (Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus/AM, 2013.

SILVA, Jaenne Almeida; SILVA, Jeanise Almeida. Indígenas no bairro Aracelis Souto Maior: algumas histórias. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de (Org.). **Projeto Kuwi Kîri: a experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista- Roraima**. Boa Vista: Editora UFRR, 2010. p. 21-29.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho de. **População indígena de Boa Vista/RR: uma análise sócio-econômica**. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

VERAS, Marcos Flávio Portela; DE BRITO, Vanderli Guimarães. Identidade étnica: A dimensão política de um processo de reconhecimento. **ANTROPOS- revista de antropologia**, Ano 4, Vol. 5, p. 106-125. mai. 2012. Disponível em: <<http://revista.antropos.com.br/downloads/maio2012/Artigo4-IdentidadeEtnica.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

VIRTANEN, Pirjo Kristina. Amazonian Native Youths and Notions of Indigeneity in Urban Areas, *Identities*, 17: 2, 2010, pp. 154 — 175. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10702891003734961#.U8v71ONdX1Y>>. Acesso em: 17 jul. 2014.